

DISCURSO, IDEOLOGIA E PODER: UM ENSAIO SOB A ANÁLISE DO DISCURSO E ESTUDOS CULTURAIS

Antônio Bruno Cavalcante Ferreira

DOI: 10.25768/21.04.01.019

RESUMO: Este trabalho, de natureza bibliográfica, pretende mostrar como a linguagem por meio da qual o sujeito se expressa não é neutra, tendo como objetivo refletir sobre a noção de ideologia associando à análise do discurso e aos estudos culturais. Com efeito, ao lado de elementos puramente linguísticos, outros de natureza social, externos à linguagem, se agregam a esta, transformando-a em *Discurso*. O Homem não se comunica para si; uma complexa teia de fatores externos, de cunho histórico, sociológico, político, dentre outros, influenciam suas produções discursivas (Pêcheux, 2009). Nesse sentido, ganha relevo o estudo da *Ideologia*, que se manifesta no Discurso produzindo a “realidade” de acordo com os interesses de quem detêm o poder na sociedade. O papel da *Análise do Discurso* é justamente o de dissecar os mecanismos por trás disso, bem como analisar os seus efeitos na vida social. Pretendemos, portanto, observar a mídia e a política, duas instituições-chave para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; ideologia; análise do discurso; poder; estudos culturais.

ABSTRACT: This bibliographic work intends to show how the language through which the subject expresses himself is not neutral, aiming to reflect on the notion of ideology associating with the analysis of discourse and cultural studies. In fact, alongside purely linguistic elements, others of a social nature, external to language, add to it, transforming it into Discourse. Man does not communicate to himself; a complex web of external factors, of a historical, sociological, political nature, among others, influence their discursive productions. In this sense, the study of Ideology, which manifests itself in the Discourse, producing “reality” in accordance with the interests of those who hold power in society, becomes relevant. The role of Discourse Analysis is precisely to dissect the mechanisms behind it, as well as to analyze its effects on social life. Within the scope of this study, we will consider the effects of Discourse, pregnant with Ideology and, consequently, Power in some of the main social institutions.

KEYWORDS: discourse; ideology; discourse analysis; power; cultural studies.

© 2021, Bruno Cavalcante.

© 2021, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra ca-

rece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Índice

Considerações iniciais	2
1 No terreno conceitual do discurso . . .	3
2 Incursão pelo terreno conceitual de ideologia	4
3 O poder e sua relação com o discurso e a ideologia	5
4 A influência na/da política	6
5 A influência na/da mídia	7
6 Discurso, poder e ideologia nos estudos culturais	8
Considerações finais	9
Referências	10

Considerações iniciais

É COMUM ouvirmos a afirmação de que “não existe discurso neutro”. De fato, tal afirmação pode ser ouvida não apenas em uma aula de Análise do *Discurso*, mas em qualquer área em que se reconheça o *Poder* que emana da *Ideologia* para a construção de significados. No entanto, pergunta-se, primeiramente: o que seria o Discurso? E que tipo de influência a Ideologia exerce sobre ele, que reflete nas relações e concepções de poder existentes na sociedade de forma geral?

Orlandi (1994) define o Discurso como efeito de sentido entre locutores admitindo-se que a linguagem deve ser considerada, necessariamente, em relação à constituição dos sujeitos e à produção de sentidos. Dessa forma, diz a autora:

“[...] o discurso supõe um sistema significante, mas supões também a relação desse sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos.” (Orlandi, ob. cit. p. 1).

Ao contrário do que pretendia Ferdinand de Saussure, que considerava a língua apenas

em seus aspectos intra-sistemáticos, isto é, levando em conta a língua em si mesma e colocando todos os elementos de ordem histórica ou individual como não passíveis de estudo científico, a análise do discurso situa-se entre a linguística e as ciências sociais. Ela busca articular a relação entre as relações de poder na sociedade com a produção de sentido na e pela língua. Ela não dissipa as fronteiras entre as disciplinas, mas trabalha no entremeio, ou seja, interroga a linguística naquilo que ela abandona (a história) enquanto interroga as ciências sociais a partir do simbólico, ou da língua. (Orlandi, 1999)

Remontamos ainda a Maingueneau, para quem o objeto da análise do discurso não se restringe ao funcionamento textual, nem a situação de comunicação, mas avança ao ponto de contato entre os dois na apreensão de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal/ não verbal e do institucional. “O interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estrutura dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis”. (Maingueneau, 2015, p. 47).

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a noção de ideologia e sua materialidade em discurso. A partir dessa relação entre língua e história refletimos como a linguagem na produção dos sentidos. Para tanto, primeiramente, discorreremos sobre a abrangência conceitual do termo *Discurso*, e, em seguida, determo-nos no entendimento da noção de *Ideologia*. Posteriormente, refletimos sobre influência dela sobre algumas instituições plenamente arraigadas no seio da sociedade, nomeadamente, a mídia e a política.

Além disso, buscamos uma articulação dessas noções com os “Estudos Culturais”, sempre levando em conta a relação intrínseca entre Discurso/Poder/Ideologia. Esses elementos nos abrem possibilidades de explorações analíticas futuras e que podem contribuir para o avanço tanto dos estudos do Discurso quanto das teorias culturais.

1 No terreno conceitual do discurso

Começamos a discorrer sobre a ideia de “Discurso” parafraseando o professor José Luiz Fiorin (2010), para quem o discurso é o veículo das ideologias. Diferencia-se da fala na medida em que se vale de elementos linguísticos para expressar pensamentos e agir sobre o mundo externo; a fala, por sua vez, seria a exteriorização psicofisiológica do discurso. O discurso, portanto, tem natureza social e não individual. Mais do que simplesmente ser dotado dessa natureza, ele é capaz de constituir os próprios sujeitos sociais, as relações de poder e estruturas na sociedade, tal o poder ideológico que ele possui.

Ainda segundo Fiorin (2010), o caráter eminentemente social do discurso impede-o de manifestar-se individualmente. Isso quer dizer que não existe discurso fora do seio social, sendo o indivíduo por meio do qual a linguagem se exterioriza mero suporte do discurso, cujo agente legítimo seria o macro e micro universos sociais em que está inserido. Um discurso, ao se reger, o faz a partir da combinação com outros discursos. Da mesma forma que se pode falar de intertextualidade, ou seja, da relação de textos com outros previamente produzidos, também se compreende essa relação em nível discursivo, a qual se chama interdiscursividade.

A noção de interdiscurso é fundamental no entendimento da Análise de Discurso. Ela vai além daquilo que Fiorin (2010) está definindo. A definição do semiótico dá conta do processo de remissão de um texto a outro e, por analogia, diz da remissão de um discurso a outro. Essa definição consegue definir a superfície do fenômeno, já que para a AD, o interdiscurso é o fundamento do discurso, é ele que torna possível que o sentido seja produzido.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo

que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Orlandi, 1999, p.29)

A noção de interdiscurso enquanto memória é o cerne analítico que possibilita a articulação entre a linguística e a história. Pois, é nessa relação com a memória que a ideologia aparece como elemento central do discurso e onde as relações de sentido se materializam. Cabe agora, entretanto, definirmos melhor o que está sendo chamado de discurso.

Pode-se dizer, de forma genérica, que o termo “discurso” é polissêmico e a sua acepção varia a depender da corrente teórica mobilizada. Para os fins desse trabalho, o nosso entendimento de discurso se alinha àquele preconizado por Maingueneau (2015), segundo o qual o termo está associado a um conjunto difuso de ideias força, dentre as quais destacamos as seguintes: i) é uma organização para além da frase e está submetido tanto a regras que governam os gêneros do discurso em um dado contexto sócio-histórico quanto a regras transversais a esses gêneros; ii) é uma forma de ação sobre o outro, relevando o papel modificador de toda enunciação; iii) é assumido por um sujeito, que instaura as referências dêiticas, e ao qual se atribui a responsabilidade enunciativa, ainda que não se o considere a origem do dizer; e iv) constrói socialmente o sentido a partir de práticas sociais determinantes.

Mesmo em outra corrente teórica de análise do discurso, Fairclough (2007) coaduna com essa particularidade social que reveste o discurso. Para ele, o discurso não tem apenas caráter de reprodução, sendo recepcionados passivamente pelos indivíduos como algo

previamente concebido pelas bases sociais; o autor entende que, ao mesmo tempo em que o indivíduo é afetado e se utiliza do discurso reproduzindo as estruturas sociais, é capaz de agir sobre o mundo através da atividade discursiva. Portanto, para este autor, o homem não é mero ator passivo na trama ideológica desenvolvida pelos discursos.

Assim sendo, partilhamos da concepção de que o discurso, a despeito de sua inegável veiculação de conteúdos ideológicos capazes de condicionar os sujeitos das relações sociais, dá-lhes, no entanto, certa margem de decisão, doutra forma mudanças estruturais na sociedade não seriam possíveis.

Esse poder do discurso é fundamental para entendermos sua natureza política. Sabe-se que, hoje, diferente do que ocorria nas monarquias absolutistas, a coação física não é o mais arraigado meio pelo qual se tenta manter as estruturas de poder e afastar os chamados homens do “vulgo” de seu centro. Ao contrário, nos dias de hoje, isso é feito largamente pelo poder ideológico. O discurso tem de persuadir e impor a hegemonia das classes dominantes frente à sujeição das classes dominadas. Esse poder discursivo é alimentado e retroalimentado de forma a ajustar as rédeas da sociedade aos interesses de quem detém o poder.

Por isso, se faz necessário que entendamos o conceito de ideologia, ele é fundamental para a análise de discurso. Sem a noção de ideologia, o instrumental da AD poderia ser reduzido a uma análise retórica ou textual. Dessa forma, é preciso sempre articular as produções discursivas dos sujeitos com a ideologia que sustenta a possibilidade do dizer. É somente a capacidade de (re)produção do discurso que faz com que as estruturas sociais sejam mantidas ou deslocadas.

2 Incursão pelo terreno conceitual de ideologia

O termo “Ideologia” também é plurissignificativo, isto é, encerra mais de um significado. Atribui-se ao pensador do século XIX Destutt de Tracy a criação do conceito, que, então,

significava simplesmente “ciência das ideias”. O termo, dessa forma, pode ser definido como um conjunto de ideias, opiniões, sobre determinada coisa, a exemplo do pensamento de um filósofo sobre um tema específico; exemplificativamente, dir-se-ia que a doutrina kantiana sobre a moral se constituiria na ideologia própria desse filósofo acerca do tema.

Para fins de nossos estudos, entretanto, interessará o conteúdo semântico que o termo veio a adquirir posteriormente, a saber: *o de mascaramento da realidade*. A noção de mascaramento tem origem em Marx (2007). Para o autor, a estrutura econômica da sociedade produz uma superestrutura política, jurídica, ideológica que busca sustentar o poder da burguesia, mascarando as relações de dominação entre burgueses e proletários.

De forma geral, trata-se de um instrumento de dominação que prescinde da força física, mascarando a realidade, não mostrando como os objetos são de fato; em outras palavras, Ideologia seria uma forma de conceber o mundo segundo critérios de conveniência de quem detém o poder na sociedade, fazendo com que essa forma de conhecimento se transforme em verdade absoluta, especialmente no tocante à manutenção do *status quo* frente às massas dominadas.

Na literatura existente no Brasil, quem consegue explicar a abrangência do termo de forma muito satisfatória é a pesquisadora da USP, Profa. Dra. Marilena Chauí. Nas palavras da própria autora:

“[...] é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer [...] a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da socie-

dade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado.” (Chauí 1980, p. 43)

Conforme dito, Marx se valeu largamente do termo ao estabelecer um liame entre a Ideologia e os sistemas político, econômico, social, moral etc., os quais emanariam das classes dominantes exatamente a fim de manter de pé as estruturas de poder que lhes conviriam. É na esteira de Karl Marx que Chauí entende o significado do vocábulo. Como se pode depreender das linhas acima, para o filósofo, a Ideologia abrange um sistema de ideias de forte impacto no âmbito da sociedade de forma geral; como tal, jamais poderia ser considerado um sistema neutro, ao contrário, sua função inequívoca seria a de justificar e legitimar a ordem social vigente em determinado momento e lugar.

A partir das palavras de Chauí, supratranscritas, podemos estabelecer um conjunto de características inerentes à formação ideológica. Em suma, pode-se considerar que a ideologia é um sistema de ideias que:

- a) Prescreve normas sociais. Os homens guiam seus comportamentos e pensamentos de acordo com essas regras ditadas;
- b) Representa a realidade. Por entender que a “realidade” emanada dos símbolos ideológicos é realidade de fato, os homens guiam suas ações de acordo com ela;
- c) Generaliza o individual. Por estarem envolvidos nessa teia, os homens acabam por ignorar as diferenças entre indivíduos e grupos de indivíduos;
- d) Naturaliza os comportamentos humanos. Os homens acabam por tomar os valores específicos de sua sociedade como parâmetro geral da “conduta correta”;

- e) Reificação da realidade. O ser humano tende a acreditar que as coisas e valores existentes não são frutos de criação, mas são exatamente e naturalmente do jeito que deveriam ser.

A concepção marxista de ideologia é fundamental para a forma como a AD trabalha tal noção. Contudo, há um deslocamento provocado pelo filósofo Louis Althusser (1995). Para o autor, para além de representar o mundo, a ideologia fornece é que possibilita que os indivíduos se tornem sujeitos sociais. É ela, materializada nos Aparelhos Ideológicos de Estado, que reproduz a dominação e que mantém determinadas classes no poder e não outras. Ou seja, o social, o político e o discursivo estão emaranhados na ideologia de forma que um não sobrevive sem o outro.

Presente em toda a complexa teia social, o discurso ideológico pode ser criado e reproduzido nos mais diferentes ambientes e instituições sociais. Não há como se falar em Ideologia e Discurso prescindindo-se da ideia de “poder”, com o qual estão, deveras, sempre entrelaçados, como pensamos mostrar nas linhas seguintes.

3 O poder e sua relação com o discurso e a ideologia

Em sua obra “A ordem do discurso”, Michel Foucault (2014) assevera que há uma relação inseparável entre o saber e o poder dentro de qualquer sociedade. Nesse sentido, e tomando-se como exemplo a sociedade brasileira da atualidade, sabe-se que os que detêm o saber são, via de regra, os mesmos que detêm o poder econômico e/ou político. O discurso desses poucos privilegiados, portanto, é que serviria de parâmetro para organizar a sociedade, vale dizer, seus valores, crenças, hábitos. O restante da sociedade, que não detém todo esse poderio, estaria fadado a carregar as amarras ideológicas impostas pelas classes hegemônicas.

Na mesma obra, Foucault (2014) discorre acerca da legitimação, seleção e organização

do discurso dentro da sociedade. Assim, não é qualquer um, em qualquer situação que pode dizer algo, havendo, ao contrário, certos tabus sociais próprios a inibir determinados indivíduos de se expressarem acerca de determinados temas em determinados lugares. Da mesma forma, para se ter determinado efeito, um rito social qualquer pode requerer que seja realizado por quem as estruturas de poder considerarem legitimado para tal (em um tribunal, por exemplo, o único que pode determinar se o réu é culpado ou inocente é o juiz, pois foi, de forma exclusiva, legitimado pelo aparato estatal a desempenhar aquele mister).

Pode-se dizer, então, que, para Foucault, existem procedimentos de exclusão dentro da sociedade, no sentido de interditar a alguns o poder da palavra e da decisão, delegando esse mesmo poder a quem de interesse na trama social. Via de regra, é de interesse aquele que é determinado pelo poder das instituições sociais para resguardar a manutenção do *status quo*, impedindo-se larga margem de possibilidade para que as estruturas sociais sejam modificadas por quem se encontra em posição desprivilegiada.

De suma importância desse mesmo filósofo é a obra “Microfísica do Poder”. Aqui, o autor reitera a íntima e precisa relação entre poder e saber, exteriorizada por meio do Discurso. Nas palavras do autor, “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (Foucault 2007, p. 80). A verdade seria produzida por um jogo intelectual resultante das classes defensoras e beneficiárias das estruturas de poder existentes, resultando, daí, a contenção das classes que ficam às margens dessas benesses.

O papel do poder que advém da ideologia e seu veículo chefe, o Discurso, podem ser vistos e analisados nas diversas manifestações e instituições sociais, tais como a política, a mídia, a religião, a escola, a família etc. Nosso escopo é, a partir de agora, analisar, de forma concisa, como esse mecanismo funciona nas

duas primeiras instituições sociais supracitadas, a saber: a política e a mídia.

4 A influência na/da política

Antes de adentrarmos em nossa análise faz-se necessário que se explique o motivo do uso de “na/da”. Quando falamos de influência na política, estamos afirmando que o discurso interfere de tal forma no funcionamento do sistema que ele influencia a política, isto é, a forma como ela é feita, seu sistema de convencimento, enfim, sua estrutura interna. Ao utilizarmos influência da política estamos apontando para o fenômeno de como a política influencia os sujeitos, ou seja, é a influência da política nos cidadãos, esta que se dá na maioria das vezes por mecanismos discursivos.

Não há dúvidas de que a linguagem, para além de seus aspectos rigorosamente linguísticos, é dotada, igualmente, de facetas político-ideológicas. Com efeito, para Michel Pêcheux (1993), há que se vencer as amarras meramente linguísticas dos estudos da linguagem e ir-se até os aspectos extralinguísticos, chegando-se à construção dos discursos no contexto social, histórico e ideológico, que se mostram inseparáveis da construção discursiva. Ao contexto em que determinado discurso é produzido, Pêcheux confere a denominação de condições de produção.

Nesse sentido, o sujeito não organiza o seu discurso aleatoriamente, ignorando as características particulares de seus interlocutores e ambiente onde se passa o discurso. Ao contrário, a partir da imagem que o sujeito faz de si mesmo e do destinatário do discurso é que diz o que diz, de uma maneira, em detrimento de outra. Todo esse ambiente externo, que nada tem de propriamente linguístico, insere-se nas condições de produção. Qualquer discurso é prenhe desses artifícios e o campo político é pródigo para estudá-los.

Na esteira dos ensinamentos de Pêcheux, Osakabe (1999, p. 59) explica: “um eu não define, por si só, a ação empreendida; é preciso que ele tenha a sua imagem do tu ou o tu forneça essa imagem”. Com efeito, uma pro-

dução discursiva, longe de se constituir unicamente pelo sujeito enunciador, necessita levar em conta as condições de produção, dentro do que se destaca o sujeito receptor do discurso, que de forma alguma desempenha papel passivo na relação, visto que condiciona e participa de forma ativa no desenrolar do Discurso.

Todavia, as condições de produção, não se resumem apenas ao contexto imediato da enunciação. Dela também faz parte o interdiscurso, a memória discursiva, já que é ela que dispõe a possibilidade mesma do dizer. Além disso, é nela que discurso e ideologia se articulam, ou seja, quando Foucault (2014) define os sistemas de controle do discurso em uma sociedade, ele está apontando para o fato de que as relações de dominação de uma sociedade são estruturantes das possibilidades discursivas dos sujeitos, daquilo que ele pode ou não pode dizer.

Com isso, podemos dizer que as condições de produção pensadas discursivamente levam em conta o Interdiscurso (Memória Discursiva) que diz respeito à dominação ideológica da sociedade atrelada ao contexto imediato de enunciação, em que se fazem presentes as imagens que os interlocutores fazem no processo de interação.

O principal objetivo do sujeito do discurso não é outro senão fazer com que seu interlocutor compartilhe de suas ideias e seja levado a agir de acordo com suas expectativas. Inegável o fato de que para levar o seu interlocutor a agir de acordo com sua vontade, o sujeito vale-se da palavra, a qual deverá ser moldada de acordo com o conhecimento que o candidato tem dos anseios, necessidades, aspirações do eleitorado; este, então, é levado a acreditar que seus anseios e necessidades tornaram-se compartilhados pelo sujeito do discurso, que diz o que diz porque conhece as reais necessidades da massa ouvinte, tendo como principal objetivo concretizá-las quando estiver a frente do poder.

Para levar a cabo tal empreendimento, faz-se necessário que o candidato saiba como seduzir o público alvo naquilo que de forma

imediate faz parte de seu mundo, de sua vivência. É razoável, nesse sentido, que o político se valha da linguagem própria das massas, simples e de fácil acesso. Por meio desse mecanismo ideológico, o sujeito do discurso consegue diminuir, aos olhos do interlocutor, as diferenças gritantes que existem entre as classes dominantes (do candidato) e as classes subalternas (do eleitor). Nas palavras de Charaudeau (2006, p. 85), faz-se mister que “os membros da sociedade não se percebam divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos”.

Ao proferir um discurso político, a regra é que o candidato camufle suas reais intenções, que mais tem a ver com seus interesses pessoais e da classe a que imediatamente pertence, deixando à vista, por meio do discurso trabalhado, outras intenções menos verdadeiras, quais sejam, o bem-estar social, os anseios das massas eleitoras. Vê-se, portanto, o papel da Ideologia em relevo, porquanto o poder do discurso emanado do candidato transparece o jogo de poderes existentes na sociedade, materializado amiúde e fortemente pelo Discurso.

5 A influência na/da mídia

Não há dúvida de que a mídia é o lugar por excelência onde as ideologias são reproduzidas e materializadas por meio do discurso. Com efeito, para Charaudeau (2006), as mídias têm o poder de fabricar sua própria “realidade”, mascarando os fatos reais, dando-lhes nova roupagem, de acordo com suas conveniências (das mídias).

Não se pode tentar entender o poderio e interesse midiáticos fora do macro contexto econômico, pois as mídias nada mais são do que entidades empresariais. Portanto, é certo que questões econômicas interferem na produção informacional de maneira significativa; tanto mais se nos atermos ao fato de que os detentores dos meios de comunicação são, eles próprios, diretamente ligados a classes hegemônicas da sociedade, que lutam por manterem-se no poder.

Charaudeau (2006) defende que a produ-

ção discursiva se inicia com a informação; neste sentido, a mídia assumiria o papel de profissional de transmissor informacional. O acesso à informação é pré-requisito imprescindível para que se chegue ao conhecimento, devendo-se questionar, entretanto, a instância de transmissão da informação (assumida pela mídia), quando se torna patente a importância da transparência na transmissão informacional.

Não se pense que ao escutar certa notícia por um jornal televisivo, por exemplo, simplesmente, ouvimos a informação. Na realidade, deve-se caracterizar tal evento como um verdadeiro discurso, na medida em que não apenas elementos de cunho linguístico propriamente dito foram utilizados, havendo por trás todo um tratamento, filtragem e modelagem das notícias a serem apresentadas ao público, o que é feito de acordo com os interesses e pontos de visto de quem as veicula, isto é, foram ideologicamente orientadas, por assim dizer.

No discurso midiático, diferenciam-se o valor de verdade e o efeito de verdade. O primeiro está marcado pela contradição de que a verdade é exterior ao homem, mas só pode ser atingida através do sistema de crenças socialmente partilhadas. É, portanto, uma questão de evidência. A segunda, no entanto, baseia-se na “*convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos” (Charaudeau, 2006, p. 49).

A questão midiática, é, dessa forma, objeto de certa controvérsia. Isto ocorre porque, se de um lado, olhares críticos evidenciam e denunciam as distorções de informação feita pelos meios de comunicação com vistas a assegurar interesses econômicos, políticos etc., de outro, há o direito evocado pelos jornalistas e congêneres de liberdade de expressão. Soma-se a isso o fato de que ao espectador/leitor não é dada a oportunidade de “digerir” e ponderar por vias próprias as informações recebidas, dado o gigantesco número

dessas que são descarregados todos os dias no meio social.

Na magistral colocação de Charaudeau (2006), as mídias “informam deformando”. Não há que se esquecer que os meios de comunicação reproduzem os interesses inerentes de seus detentores, isto pode explicar o fato de que as mídias não caminham passo a passo com a cidadania ou a política, descrevendo trajeto próprio, não poucas vezes conflitante com o trajeto traçado por aqueles.

6 Discurso, poder e ideologia nos estudos culturais

Para os efeitos do presente trabalho, merece destaque, ainda, uma análise sobre aspectos culturais. Para tanto, valemo-nos das ideias de Homi K. Bhabha (1998) e seus estudos do discurso do sujeito no poder colonial.

Com efeito, para o referido autor, a colonização se assenta fortemente no poder do discurso, na medida em que, é através dele que o dominador desenvolve uma série de subjetivações que tem, a bem da verdade, o objetivo de legitimar a dominação. De fato, o povo dominado é visto pelo dominador com características inferiores, o que torna a dominação racional, aceitável e até necessária.

Não se pode entender o pensamento de Homi K. Bhabha (1998) sem fazer uma incursão por dois conceitos, a saber: *estereótipo* e *mímica*, sendo estes, no entender do pesquisador, estratégias de conhecimento e identificação. Vejamos de que forma isto acontece.

Por meio dessas estratégias, o sujeito é construído no interior do discurso e do poder. O estereótipo nada mais é que, visto de outra forma, uma construção ideológica, na medida em que visa a objetivar e generalizar determinadas atribuições a um segmento do corpo social ou povos de uma outra “cultura”. Esta objetivação e generalização são construções que, inculcadas pelo poder do dominador, guiado pelo jogo de seus interesses, se prestam a estabelecer uma situação de “realidade” que serve para justificar a dominação, tratando-a como algo natural, decorrente da superioridade de

uma determinada cultura (do dominador) em relação à outra (do dominado).

O que está camuflado nesse processo é que a verdade, longe de ser um produto das forças naturais, é criada pelo discurso, que visa a manter o *status quo* ou atingir uma determinada situação. Nesse sentido é que o estereótipo ganha relevância, pois, se determinado povo, devido certas características “naturais” de inferioridade, é entendido como passível de ser dominado e, mais do que isso, é levado a ter plena consciência dessa dita “inferioridade”, já não há mais espaço para o reconhecimento de sua própria identidade, como autónoma e situada em um patamar de igualdade em relação a outras.

Nesse diapasão, papel relevante exerce, igualmente, a mímica, por nós já citada *supra*. A mímica, da mesma forma que o estereótipo, é uma estratégia do poder/saber de índole colonialista. A partir dela, o dominador estabelece uma relação de alteridade com o outro em que este é sempre visto como passível de mudança, isto é, é dotado de uma incompletude que precisa ser preenchida. Com esta crença é que se procura fundamentar qualquer forma de colonização/dominação, que teria como fim adequar o outro, pouco evoluído, incompleto, até que chegue a um patamar considerado aceitável e “bom”.

Do que se vem de dizer, pode-se aduzir que, a cultura, e todas as instituições de poder/dominação de uma determinada sociedade, não são verdades pré-definidas, naturais, longe da influência do discurso/poder de uma(s) determinada(s) classe(s) sobre outra(s). Longe disso, não há como não ressaltar a característica histórica da dominação e criação culturais, haja vista – e isto é fato conhecido – a História ser escrita pelos vencedores e ter o poder, como característica da ideologia, de criar suas verdades que aparecem naturalizadas para os homens. Instrumentos eficazes nesse sentido são o estereótipo e a mímica, que, criados pela estrutura de poder e discurso prevaletentes no corpo social, estabelecem o

que é e o que não é, bem como *quem é e quem não é* no interior das relações humanas.

Considerações finais

Acredita-se não haver dúvida com respeito à afirmação com que iniciamos o presente trabalho, isto é, “não existe Discurso neutro”. A neutralidade é cortada de todos os ângulos, uma vez que não atuam sobre a linguagem tão somente a mecânica da fala ou mesmo componentes sintático-semânticos; as condições de produção, derivadas do corpo social externo, condicionam sobremaneira as manifestações linguísticas, que, devido a esse condicionamento, recebem a melhor designação de “Discurso”, o que já anula qualquer possibilidade de neutralidade.

Estudiosos da Ideologia mostram o papel que esta tem no deslocamento da realidade, que é movida de sua forma “pura”, por assim dizer, para uma forma “contaminada” pelos interesses de quem detém o poder de manter fixas as estruturas sociais existentes, com o sacrifício e o assentimento dos que são esmagados diariamente por essas estruturas. Tal é o poder da Ideologia, eficaz, na medida em que não é percebida como tal, sendo reificada e naturalizada com o suporte discursivo.

Parafraseando Michel Foucault, “saber é poder”. E quem melhor de que quem dispõe do conhecimento, ou pelo menos dos meios para obtê-lo, para ser capaz de, por meio da força do discurso, convencer e domesticar os que estão excluídos do saber? De fato, *Discurso, Ideologia e Poder* são ideias indissociáveis, pois não é outro o efeito que dos dois primeiros derivam para a consecução dos fins visados, a não ser o próprio poder.

O discurso político e seus efeitos são uma prova de que quem detém o conhecimento, quem domina a arte da palavra e do Discurso e todos os seus artifícios de sedução, detém, igualmente, o poder de moldar pensamentos e convencer os que estão em posição subalterna nos jogos de poder a aderir aos intentos do sujeito do discurso. No discurso político, a realidade é mascarada ao sabor dos anseios e

necessidades da massa ouvinte, que vê no candidato um verdadeiro modelo a seguir, quando não um verdadeiro redentor, capaz de aliviar seus sofrimentos e problemas.

Não menos patente, o poder da Ideologia, materializado no Discurso, faz-se presente nas manifestações midiáticas. As mídias desenharam e pintam com suas próprias cores a “realidade” a ser passada ao público. Disso resulta uma “realidade” que é transmitida como fato, quando o fato, na realidade, é que jogos de interesses econômicos, políticos etc., dos que dispõem dos meios de comunicação é que dão o contorno exato ao que se mostra como realidade, não passando, no entanto, de criação ideológica.

Pelo que viemos de expor, muitas são as amarras que influenciam a linguagem, impossibilitando ser esta ingenuamente neutra. Discurso! Eis em que se transforma a linguagem ao ser “maculada” pelos elementos externos, (provenientes do corpo social), dos quais resulta o poder. Assim, a Ideologia forma o Discurso, que traz consigo o poder capaz de moldar mentes e comportamentos e, mais do que isso, capaz de imobilizar as estruturas sociais, tentando inviabilizar mudanças significativas, e mostrando, com naturalidade e sagacidade que, na sociedade, cada um tem o seu lugar determinado.

Referências

- Althusser, L. (1995). *Sobre a Reprodução*. Vozes.
- Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Ed.UFMG.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias* (trad. Â. Corrêa). Contexto.
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. Ática.
- Chauí, M. (2006). *O que é ideologia*. Brasiliense.
- Fairclough, N. (2007). *Discurso e Mudança social*. Ed. UNB.
- Fiorin, J. (2007). *Linguagem e Ideologia*. Ed. Ática.
- Foucault, M. (1970, dez. 2). A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France (trad. L. Sampaio).
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder* (trad. R. Machado, 24. ed.). Edições Graal.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. Parábola.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. Boitempo.
- Orlandi, E. (1994). Discurso: uma noção fundadora. *Em Aberto*, ano 14, (61), jan./mar.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Pontes.
- Osakabe, H. (1999). *Argumentação e discurso político*. Martins Fontes.
- Pêcheux, M. (1993). *Por uma análise automática do discurso*. UNICAMP.
- Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral* (trad. A. Chelini, J. Paes & I. Blikstein). Cultrix.